

# A MEMÓRIA DA DITADURA MILITAR NO DISCURSO PRESIDENCIAL SOBRE A IMPRENSA

*THE MEMORY OF THE MILITARY DICTATORSHIP IN THE PRESIDENTIAL DISCOURSE ABOUT THE PRESS*

Ellen Taborda Ribas<sup>1</sup>  
Maria Cleci Venturini<sup>2</sup>

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é analisar as memórias da ditadura militar brasileira (1964-1985) que ressoam nos discursos de Bolsonaro nos anos 2019-2020 sobre a imprensa, em diferentes veículos, em um período pós-redemocratização. Construiu-se arquivo e constituiu-se corpus com recortes com vistas a responder à seguinte questão: como, nesse discurso, a imprensa é tratada e por quais mecanismos discursivos se materializam ameaças que repetem o período de exceção? As discussões permitem destacar que o que vem da história e ressoa como memória faz com que se veja no discurso do presidente o retorno de discursos ditatoriais, o funcionamento do silêncio e da censura, pela língua de espuma.

**Palavras-chave:** História; memória; discurso; imprensa; ditadura.

**ABSTRACT:** The aim of this article is to analyze the memories of the Brazilian military dictatorship (1964-1985) which resonate in Bolsonaro's speeches in the years 2019-2020 about the press, in different vehicles, in a post-redemocratization period. An archive and a corpus were built with cuttings in order to answer the following question: how, in this discourse, is the press treated and by which discursive mechanisms do threats that repeat the exception period materialize? The discussions allow to point that what comes from the history and resonates as memory makes one see in the president's discourse the return of dictatorial speeches, the functioning of the silence and the censorship, through the foam language.

**Keywords:** History; memory; discourse; press; dictatorship.

## 1 Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar memórias da ditadura militar brasileira (1964-1985) que ressoam no discurso do presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, sobre a imprensa em um período pós-redemocratização. Para isso, construímos arquivo a partir de

<sup>1</sup> Mestranda em Letras - linha de pesquisa Linguagens e Práticas Sociais, no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná - PPGL/UFPR.

<sup>2</sup> Doutora em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, estágio sênior na Universidade de Coimbra. Professora do Departamento de Letras da Unicentro e docente do corpo permanente dos Programas de Pós-graduação em Letras da Unicentro e da UFPR.

discursos proferidos pelo presidente, nos anos de 2019 e 2020, em pronunciamentos, entrevistas e postagens e *lives*<sup>3</sup> em redes sociais. A questão a ser respondida é: como, nesse discurso, a imprensa é tratada e por quais mecanismos discursivos se materializam ameaças que repetem o período de exceção?

Recortamos arquivo constituído por sequências discursivas em que Bolsonaro se dirige à imprensa de forma autoritária e ameaçadora. Mobilizamos os dispositivos teórico-metodológicos da Análise de Discurso (doravante AD), fundada por Michel Pêcheux, na França, relida e transformada por Eni Orlandi, no Brasil. A análise realizada, neste artigo, está em consonância com o foco da dissertação de Mestrado, em andamento, que investiga, além da remissão à ditadura, outros pré-construídos que ressoam no discurso do presidente em relação à imprensa, considerando, ainda, as contradições que se constituem no eixo da formulação, tendo em vista as condições de produção de 2019 e 2020.

O texto estrutura-se em duas partes, iniciando com as condições de produção, em que retorna o período da ditadura, sinalizando para um processo de deslegitimação, passando por diferentes manifestações contra a imprensa, chegando ao governo Bolsonaro com vistas a mostrar a relação de tensão entre a imprensa e o Executivo na época do regime militar e as circunstâncias da enunciação do discurso ora analisado. Na segunda parte, analisamos as sequências discursivas recortadas que fazem ressoar as memórias da ditadura militar no fio do discurso, como a censura contra veículos de comunicação e o exílio, a perseguição, a prisão, a tortura e o assassinato de jornalistas.

## 2 Discurso sobre a imprensa: da ditadura militar ao capitão na presidência

O Brasil, vale ressaltar, vive um período democrático, o que demanda uma imprensa que atue com liberdade de expressão e seja o elo de ligação entre os sujeitos-cidadãos que são, em tese, o corpo social de nação, e o poder público. Além de informar, a imprensa tem a responsabilidade de ser a guardiã do governo, em um sistema de pesos e contrapesos entre os poderes, segundo Traquina (2005, p. 23), “tal como a democracia sem uma imprensa livre é impensável, o jornalismo sem liberdade ou é farsa ou é tragédia”. A liberdade de imprensa funciona e visa à garantia do direito a interpretação, tendo em vista, segundo Orlandi (2004, p. 16), que “a mídia é o lugar de interpretação e que funciona pelo ‘ibope’, que se rege pelo predomínio da audiência”.

O fato de o presidente ter sido eleito pelo povo em um regime democrático traz implicações relevantes para este texto e para a análise da mídia e do tratamento que o presidente dispensa a ela, que é, conforme Orlandi (Ibidem, p. 16) o lugar da interpretação. O Brasil vive um período jurídica e politicamente democrático e o que se espera de um presidente é transparência e liberdade de ir e vir e de dizer/opinar, havendo na prática uma imprensa que possa atuar livremente sem coerções ou ameaças. O primeiro mandatário tem, sistematicamente, atacado de forma explícita a imprensa, proferindo palavras de baixo calão e ameaçando jornalistas, afirmando em entrevistas a repórteres, por exemplo, que a sua vontade é “encher sua boca na porrada<sup>4</sup>”, “você tem uma cara de homossexual terrível. Nem por isso te

---

<sup>3</sup> *Live* (“ao vivo”, em português) é o nome utilizado para designar transmissão de vídeo ao vivo feita por meio de redes sociais (no caso de Bolsonaro, as *lives* são transmitidas pelo *Facebook* e pelo *YouTube*).

<sup>4</sup> Disponível em: <<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/08/23/bolsonaro-ameaca-jornalista-minha-vontade-e-encher-tua-boca-na-porrada.ghtml>>. Acesso em: 16 de jul 2021.

acusos. Se bem que não é crime ser homossexual”<sup>5</sup>. A imprensa não tem lugar nesse governo e as ameaças não são veladas, significando pelo dito e também pelo não-dito (PÊCHEUX, 2014). Elas significam pelo cercadinho<sup>6</sup>, que “toma forma e torna-se o palco para receber profissionais de imprensa. Logo, não apenas gente da imprensa, ‘seguidores’, ‘puxa-sacos’, ‘adoradores’ e ‘bajuladores’ também estão no cercadinho”<sup>7</sup>.

A partir de Traquina (2005) e de Orlandi (2004), entendemos ser necessário colocar em suspenso o tratamento dispensado à imprensa e o modo como ela é desqualificada e ameaçada com a coerção e com o silenciamento, além de outras penalidades que ressoam pela história, como uma memória que lateja. Práticas como essas ocorreram no período ditatorial, marcado pela censura e pelo fechamento das representações institucionais, sinalizando por um poder centralizado.

Para proceder à análise desse discurso, apresentamos as condições de produção em que os discursos em torno da imprensa são formulados e circulam, considerando a exterioridade constitutiva desse dizer, sua historicidade. Com base em Pêcheux e Fuchs (1997, p. 182), tomamos a noção de condições de produção tanto como “as determinações que caracterizam um processo discursivo”, quanto como “as características múltiplas de uma ‘situação concreta’ que conduz à ‘produção’ [...] da superfície linguística de um discurso empírico concreto” (grifos dos autores). Tem-se em Orlandi (2006, p. 15) que as condições de produção incluem os sujeitos e a situação, podendo ser consideradas em sentido estrito (circunstâncias da enunciação) e amplo (contexto sócio-histórico e ideológico). As duas modalidades, porém, não podem ser dissociadas, tendo em vista que “em toda situação de linguagem esses conceitos funcionam conjuntamente”.

No caso em análise, trazemos primeiro o histórico das relações entre a imprensa e o chefe do poder Executivo no Brasil, ressaltando que elas apresentaram recorrentemente momentos de tensão e conflito, principalmente quando há divulgação de notícias consideradas como desfavoráveis ao governo. Isso ocorre desde o surgimento da imprensa no Brasil, em 1808. Mas a tensão sempre aumentou em períodos ditatoriais, como já ocorreu durante o Estado Novo (1937-1945) e a ditadura militar (1964-1985). Para este artigo, serão recortadas as relações entre governo e imprensa durante o último período ditatorial, cujas memórias ressoam nas falas do presidente da República eleito no pleito de 2018 e que vêm desde antes de sua posse na chefia do Executivo. Seguem dois enunciados representativos de sua posição, que circularam no ano de 2016, quando o político ocupava o cargo de deputado federal:

1. O erro da ditadura foi torturar e não matar<sup>8</sup>.
2. **Perderam em 64.** Perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve. Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o foro de São Paulo, **pela memória**

<sup>5</sup> Disponível em: <<https://istoe.com.br/voce-tem-uma-cara-de-homossexual-terrivel-nem-por-isso-te-acuso-diz-bolsonaro-para-reporter/>>. Acesso em: 16 jul 2021.

<sup>6</sup> O cercadinho é um espaço gradeado, em frente ao Palácio da Alvorada, residência oficial da Presidência da República, em Brasília. É dividido em dois compartimentos: um destinado aos apoiadores do presidente e outro, aos jornalistas. É nesse local, ao ar livre, sujeito a intempéries, sem conforto algum, que Bolsonaro fala com seus seguidores e é interpelado pelos repórteres.

<sup>7</sup> Disponível em: <<https://www.justificando.com/2020/06/04/liberdade-de-imprensa-e-o-cercadinho-de-brasilia/>>. Acesso em: 16 jul 2021.

<sup>8</sup> Entrevista à rádio Jovem Pan, em 8 de julho de 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/veja-10-frases-polemicas-de-bolsonaro-sobre-o-golpe-de-1964-e-a-ditadura-militar.shtml>>. Acesso em: 18 mai 2021.

do coronel Carlos Alberto Brillante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff. Pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim<sup>9</sup> (grifos nossos).

Na primeira sequência, retirada de uma entrevista à rádio Jovem Pan, embora não esteja dito, ressoa no discurso a comparação do regime militar brasileiro com a ditadura argentina. Esse ressoar sinaliza conforme Orlandi (2002, p. 12) que “todo dizer é uma relação fundamental com o não-dizer” e que isso é inerente à linguagem como incompletude. Estima-se em mais de 30 mil o número de pessoas mortas e desaparecidas entre 1976 e 1983, na Argentina<sup>10</sup>. No Brasil, de acordo com o relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV)<sup>11</sup>, teriam sido 434 mortos e desaparecidos, entre 1964 e 1988, dos quais a maioria registrada no período da ditadura, que foi de 1964 a 1985. Ou seja, pode-se depreender, pelo discurso do então deputado federal, que o regime militar brasileiro deveria ter assassinado mais presos políticos, não deixando as vítimas sobreviverem para contar suas histórias, que foi o que ocorreu durante os depoimentos da CNV, realizados entre 2012 e 2014, e que apontaram para nomes de militares torturadores e assassinos.

Não há menção direta à ditadura na segunda sequência, mas ela ressoa em vários momentos pelo que vem da história e está datado, documentado, e retorna, de acordo com Autor (2021, p. 168) pelo discurso *de* (interdiscurso), como um dos funcionamentos da memória, que, segundo a autora, sustenta o discurso *sobre* (atualidade). Desse modo, o que ocorre no Brasil, na atualidade, significa pelo que aconteceu no passado e teve impactos negativos na formação social. O enunciado “Perderam em 64” remete ao ano em que o golpe militar implantou a ditadura no Brasil, em 1º de abril de 1964. Coronel Ustra foi chefe do DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações) do 2º Exército, em São Paulo, entre 29 de setembro de 1970 e 23 de janeiro 1974. Entre 1971 e 1974, a unidade registrou a morte ou o desaparecimento de 55 presos políticos, de acordo com o relatório final da CNV. A ex-presidente Dilma Rousseff, que na época da ditadura militava na Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), foi presa em 1970 e torturada nas dependências do DOI-CODI<sup>12</sup>. Funciona, na instauração de efeitos de sentidos, o silêncio, que, conforme Orlandi (2002, p. 72), “torna presente não só a iminência do não-dito que se pode dizer, mas o indizível da presença: do sujeito e do sentido”. E acrescentamos: a história.

O que vem da história, que destacamos em relação à ditadura e que ressoa no discurso de Bolsonaro, retorna como memória e significa, na perspectiva discursiva, como historicidade. Nesse sentido, Autor (2021, p. 162) destaca que “tratar da língua na história não significa assumir a existência de uma dependência positiva com a história, mas reforçar que como disciplina ela instaura marcas de acontecimentos, de evidências e faz parte da formação social”. Com isso, o que retorna e significa é a historicidade, de acordo com Orlandi (2004, p. 55), como constitutiva. Isso implica dizer, segundo a mesma autora, que “se se pode pensar numa

---

<sup>9</sup> Voto proferido no processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, na Câmara dos Deputados, em Brasília, em 17 de abril de 2016. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=2LC\\_v4J3waU](https://www.youtube.com/watch?v=2LC_v4J3waU)>. Acesso em: 17 mai 2021.

<sup>10</sup> Segundo o projeto Memória e Resistência, da Universidade de São Paulo (USP). Disponível em: <[http://www.usp.br/memoriaeresistencia/?page\\_id=239](http://www.usp.br/memoriaeresistencia/?page_id=239)>. Acesso em: 16 jun 2021.

<sup>11</sup> A Comissão Nacional da Verdade foi instituída em 2012 pelo governo federal, com o objetivo de apurar graves violações de Direitos Humanos durante o período da ditadura militar. O relatório final foi publicado em 2014. Os três volumes do relatório podem ser consultados em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php>>. Acesso em: 18 mai 2021.

<sup>12</sup> Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2018/10/17/conheca-a-historia-sombria-do-coronel-ustra-torturador-e-idolo-de-bolsonaro>>. Acesso em: 5 jul de 2021.

temporalidade, essa é uma temporalidade interna, ou melhor, uma relação com a exterioridade [...]”. No enunciado em tela, não se trata de um texto e de relações internas dentro do texto, mas de memórias, de discursos *de*, que sustentam no eixo da formulação a possibilidade mesma de efeitos de sentidos.

Além da historicidade em relação à história, é importante destacar também a censura, a qual Orlandi (2002, p. 102) trata como língua de espuma, como “aquela falada pelos militares no período que começa em 1964 com a ditadura no Brasil. [...] a língua de espuma trabalha o poder de silenciar”. A censura, na perspectiva discursiva, é tratada por Orlandi (Ibidem, p. 97) como “um fato de linguagem que se inscreve em uma política da palavra que separa a esfera pública da privada, produzindo efeitos de sentidos que a imposição de uma divisão entre sentidos permitidos e sentidos proibidos produz no sujeito”. Para a autora, a censura ocorre pelo silêncio, que pode ser local, em que os sentidos “se calam” (Ibidem, p. 102) e é exercida por um poder reconhecível, e pela interdição, da ordem do impossível, que toca “a dimensão da história: é o historicamente não-dizível” (Ibidem, p. 110).

No início, a chamada grande imprensa<sup>13</sup> apoiou o golpe militar. De acordo com Aguiar (2008, posição 4189), alguns jornais teriam participado ativamente para derrubar o então presidente João Goulart. Mas a relação entre o governo militar e a imprensa foi conturbada durante a ditadura, com restrição à liberdade de informação e violência.

A censura teve características distintas ao longo do regime militar (entre 1964 e 1985). Em um primeiro momento, os próprios veículos de comunicação se autocensuravam, “procurando construir versões das informações favoráveis ao regime autoritário, seguidamente apontado como ‘salvador da democracia’ contra o perigo comunista” (Ibidem, posição 4319, grifo do autor).

Com o Ato Institucional n. 5, decretado em 1968, a repressão recrudesciu ainda mais e foi instituída a censura prévia, que funcionava de maneiras distintas. Em alguns jornais, o governo designava censores que atuavam dentro das redações. Editores também recebiam bilhetes e telegramas com orientações sobre os assuntos que poderiam ou não ser publicados. Muitos jornais começaram a “se opor a essa censura que lhes era, para dizer o mínimo, incômoda” (Ibidem, posição 4225). Como forma de protesto, O Estado de São Paulo e o Jornal da Tarde (que pertenciam ao mesmo grupo de comunicação) passaram a publicar versos do poeta português Luís de Camões e receitas culinárias no espaço que tinha sido reservado às notícias censuradas.

Os veículos alternativos<sup>14</sup>, que tomavam posição contra o regime militar, tiveram tratamento ainda mais duro. As matérias tinham que ser encaminhadas à Divisão de Censura do Departamento de Polícia Federal, em Brasília, que as analisava e devolvia com cortes e vetos. Além da censura, o regime utilizava-se de pressão econômica, com a retirada da publicidade oficial dos veículos que o desagradavam (COELHO; ROTTA, 2012, p. 31).

---

<sup>13</sup> Tomamos como definição de grande imprensa a formulada por LUCA, T. R. de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, A.; LUCA, T. R. de (org.). *História da imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008. Não paginado. E-book: “de forma genérica designa o conjunto de títulos que, num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro” (Ibidem, posição 2662). A autora ressalta, no entanto, que é uma expressão imprecisa, que adquire “significados peculiares em função do momento histórico em que é empregada” (Ibidem, posição 2661).

<sup>14</sup> Veículos alternativos entendidos como jornais e revistas de pequeno porte, criados por jornalistas, intelectuais e políticos da oposição como contraponto à grande imprensa. Aproximadamente 160 periódicos foram criados durante a ditadura: “satíricos políticos, feministas, ecológicos e culturais [...] a grande maioria deles não conseguia passar de duas ou três edições, [...] pela asfixia econômica da censura” (COELHO; ROTTA, 2012, p. 32).

A violência manifestou-se tanto por atentados contra veículos de comunicação, quanto por prisões, torturas e assassinatos de jornalistas. Pequenos periódicos e alguns representantes da grande imprensa, como o Última Hora e o Correio da Manhã, tiveram suas redações invadidas e depredadas. Também foram registrados atentados a bomba. Em 1976, o 7º andar da sede da Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro, foi alvo de ação arquitetada “por grupos armados clandestinos pertencentes às forças de repressão da ditadura” (Ibidem, p. 30). Em duas ocasiões (1968 e 1983), bombas atingiram a sede do jornal O Estado de São Paulo<sup>15</sup>. No início dos anos 1980, explosivos também foram detonados nos jornais Em Tempo (Belo Horizonte), Hora do Povo, Tribuna da Imprensa e Tribuna da Luta Operária (Rio de Janeiro) e ainda na sede do Sindicato dos Jornalistas em Belo Horizonte<sup>16</sup>. Nem bancas de jornal foram poupadas. Com medo, jornalistas passaram a afixar cartazes informando que não vendiam mais determinados títulos críticos ao governo militar.

Jornalistas foram presos e torturados. Levantamento da Comissão Nacional da Verdade dos Jornalistas Brasileiros<sup>17</sup> identificou ao menos 27 profissionais mortos e desaparecidos entre 1964 e 1985 (FENAJ, 2015, p. 12). O caso mais emblemático e de maior repercussão foi o de Vladimir Herzog, torturado e assassinado nas dependências do DOI-CODI, em São Paulo, em 25 de outubro de 1975. A cena da morte foi montada de modo a sugerir suicídio por enforcamento. O assassinato do jornalista, que à época trabalhava na TV Cultura, provocou manifestação com a participação de milhares de pessoas (BRASIL, 2014, p. 1975).

Negociada entre governo e legisladores, a Lei de Anistia, de 1979, beneficiou presos políticos e exilados, entre eles jornalistas, mas, ao mesmo tempo, perdoou os agentes do Estado que cometeram crimes como tortura e assassinato. Indursky (2013, p. 340) conta como a lei “passou a ser vista como algo imutável, não sujeito à revisão”, com a negativa da Advocacia Geral da União (AGU) e do Supremo Tribunal Federal (STF) em atender a pleito da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de que o crime de tortura é crime contra a humanidade e, portanto, não prescreve. “A perpetuação desse pacto funciona como uma mordaca que impede de cobrar justiça”, completa a autora (INDURSKY, 2013, loc. cit.). E, acrescentamos, possibilita o reaparecimento dos saberes discursivos da ditadura militar em discursos que circulam no seio de um Estado democrático de direito.

Com a redemocratização, em 1985, a liberdade de imprensa passou a ser reassegurada legalmente com a promulgação da Constituição de 1988, em especial nos artigos 5 e 220. Conforme apontado anteriormente, a tensão entre a imprensa e o chefe do poder Executivo sempre foi maior em períodos de ditadura. Os governantes que assumiram no período pós-redemocratização adotaram falas críticas com relação à imprensa, principalmente quando confrontados com denúncias. Mas essa relação ganha outros contornos com a posse do 38º presidente brasileiro, em 1º de janeiro de 2019, o capitão reformado do Exército Jair Messias Bolsonaro.

Do discurso proferido sobre a imprensa por parte do presidente fazem parte ataques sistemáticos e diretos a jornalistas, veículos e meios de comunicação, comentários de

---

<sup>15</sup> Disponível em: <<http://memorialdaresistencia.org.br/lugares/jornal-o-estado-de-sao-paulo/>>. Acesso em: 16 jun 2021.

<sup>16</sup> De acordo com o museu virtual Memorial da Democracia: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/direita-explosiva-faz-ataques-em-serie>>. Acesso em: 16 jun 2021.

<sup>17</sup> A Comissão Nacional da Verdade dos Jornalistas Brasileiros foi instalada pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), em 2013, a partir da criação da Comissão Nacional da Verdade, pelo governo federal. O objetivo foi levantar “casos de violações dos direitos humanos cometidos contra jornalistas brasileiros no período de 1964 a 1985 por meio da coleta de documentos, depoimentos e entrevistas”, e também “casos de jornais, revistas e outros veículos de comunicação fechados na ditadura militar” (FENAJ, 2015, p. 9).

desmoralização do trabalho da mídia e ameaças. A pressão econômica, expediente da ditadura militar, também tem sido uma prática constante do governo: medida provisória que acabava com a obrigatoriedade de empresas publicarem balanços em diários impressos, ameaça de não renovar a concessão da TV Globo, exclusão da Folha de S. Paulo de licitação e incentivo ao boicote a produtos de anunciantes do jornal<sup>18</sup>.

Esse discurso sobre a imprensa ocorre no momento em que as mídias sociais têm sido mais frequentemente utilizadas no debate político em todo o mundo. Perfis de políticos em diversas plataformas *on-line* - como *Twitter*, *Facebook* e *YouTube* - comunicam-se diretamente com eleitores e apoiadores. Líderes no poder fazem cada vez mais uso desses perfis inclusive para comunicados oficiais, dispensando a mediação da imprensa.

As mídias sociais oferecem conexão direta com os seguidores, com mensagens que podem ser espalhadas de modo pessoal e automático exatamente como desejadas pelos atores políticos, sem a edição e o enquadramento dados pelos meios tradicionais de comunicação. Além do mais, as mídias sociais oferecem conexão mais próxima com as pessoas, são passíveis de personalização e possibilitam atingir grupos específicos (ERNST et al., 2017, p. 1357).

Essa comunicação direta tornada possível pelas redes sociais tem sido usada pelos políticos tanto para disseminar notícias fraudulentas (as chamadas *fake news*) quanto para controlar o debate público, aproveitando-se da crise de credibilidade pela qual as mídias tradicionais vêm passando nos últimos anos. Críticas à imprensa, assim como às instituições de uma maneira geral, são cada vez mais frequentes em todo o mundo. E essa desconfiança crescente nas fontes tradicionais de autoridade e de informação tem sido utilizada politicamente. Segundo D'Ancona (2018, p. 42), “esse colapso da confiança é a base social da era da pós-verdade”. Para o autor, a pós-verdade não é sinônimo de mentira. Ele argumenta que a mentira sempre fez parte da política e que a novidade é a resposta do público. “A indignação dá lugar à indiferença e, por fim, à convivência” (Ibidem, p. 34).

A crise de confiança na imprensa tradicional tem aumentado desde o início do século XXI, juntamente com os desafios impostos pelas mudanças tecnológicas para a manutenção de um modelo de negócios que sempre se baseou em assinantes e anúncios. Segundo Bortolotti (2018, p. 21), para viabilizar o negócio, os jornais têm diminuído o controle sobre o noticiário, “ao tempo em que se envolvem na insana disputa pelos ‘cliques’ da multidão de navegantes da internet” (grifo do autor). Entre os casos que provocaram ainda mais desconfiança do público com relação à imprensa, pode-se citar o do jornal *New York Times*, que, em 2003, revelou que um de seus jornalistas havia plagiado e inventado informações em mais de 600 artigos durante quatro anos<sup>19</sup>.

No Brasil, críticas à imprensa passaram a ser observadas mais fortemente desde as manifestações de rua que tiveram início em junho de 2013, quando o Movimento Passe Livre mobilizou a população, por meio das redes sociais, para protestar contra o reajuste da tarifa de ônibus em São Paulo (SP). Os protestos foram reprimidos com violência pela Polícia Militar e retratados, a princípio, com críticas pelos principais veículos de comunicação. A revolta contra a cobertura da imprensa resultou em agressões verbais e físicas a jornalistas, levando a Rede Globo a esconder a logomarca da emissora nos microfones para proteger os seus profissionais. Um veículo da TV Record foi incendiado por manifestantes<sup>20</sup>. Jornalistas também foram

<sup>18</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/12/atos-e-falas-sao-pontes-entre-governo-de-bolsonaro-e-a-ditadura-entenda.shtml>>. Acesso em: 18 mai 2021.

<sup>19</sup> Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2003/05/11/us/correcting-the-record-times-reporter-who-resigned-leaves-long-trail-of-deception.html>>. Acesso em: 16 jun 2021.

<sup>20</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/06/a-imprensa-outro-alvo-dos-manifestantes-no>>

ameaçados, agredidos - inclusive atingidos por balas de borracha - e presos por policiais em manifestações realizadas em todo o País (FENAJ, 2014).

Com a facilidade de acesso a veículos alternativos, principalmente pela internet, o lugar de “formador de opinião” da imprensa tradicional vem se reduzindo no Brasil, segundo Camargo (2008, posição 4928): “o descompasso entre as preferências políticas da mídia impressa e a percepção da maioria da sociedade vem se aprofundando a cada novo embate entre governo e as oposições”.

Desde as manifestações de 2013, o número de casos de ataques contra jornalistas tem aumentado no Brasil. São ameaças e intimidações, agressões verbais e físicas, impedimentos ao exercício profissional e cerceamento por meio de ações judiciais. Relatório da Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj) apontou que, somente em 2020, foram contabilizados 428 casos de ataques contra profissionais e veículos de imprensa em todo o Brasil, mais do que o dobro do registrado no ano anterior - 208 (FENAJ, 2021, p. 4). Esses episódios acabam por minar a liberdade de imprensa. No *ranking* da ONG Repórteres Sem Fronteiras (RSF), o Brasil ocupa, em 2021, a 111ª colocação nesse quesito entre as 180 nações avaliadas<sup>21</sup>. Somente o atual presidente foi o responsável por 319 ataques a veículos de comunicação nos anos de 2019 (FENAJ, 2020, p. 4) e 2020 (FENAJ, 2021, p. 4).

### 3 A memória discursiva da ditadura

Segundo Courtine (2009, p. 53), toda produção discursiva movimenta formulações anteriores “que ela repete, refuta, transforma, denega, em relação às quais ela produz efeitos de memória específicos”. Ao trazer para o intradiscorso, o fio do discurso, em 2019 e 2020, formulações que remetem à ditadura militar (de 1964 a 1985), a memória irrompe em outras condições de produção, de um Estado democrático, o que faz mobilizar novos sentidos.

Não se trata da memória cognitiva, individual, da ordem do psicológico, mas da memória social, inscrita em práticas discursivas reguladas pelos aparelhos ideológicos do Estado, é “a memória mítica e a construída pelos historiadores” (PÊCHEUX, 1999, p. 50). Ela estrutura a materialidade discursiva complexa e a organiza, estabelecendo o “que nos lembramos e como nos lembramos, na luta ideológica, do que convém dizer e não dizer, a partir de uma determinada posição em uma conjuntura dada” (COURTINE, 2009, p. 106). Por isso ela é lacunar, esburacada, diferentemente do interdiscurso, que é saturado, no qual estão todos os sentidos produzidos por vozes anônimas.

É no interdiscurso que se inscreve tudo o que já foi dito e também tudo o que já foi esquecido. É nele que estão todos os saberes já produzidos e não apenas os autorizados em uma formação discursiva (FD) (INDURSKY, 2011 p. 86). Pela evidência da transparência de sentido, a FD dissimula “a objetividade material contraditória do interdiscurso [...] que reside no fato de que ‘algo fala’ sempre antes, em outro lugar, independentemente” (PÊCHEUX, 2014, p. 162, grifo do autor).

Trazemos para análise as primeiras sequências discursivas (SDs). A primeira, recortada de entrevista concedida a jornalistas na saída do Palácio da Alvorada, residência oficial do presidente, em Brasília, ao lado do então ministro da Justiça Sérgio Moro, em 9 de agosto de 2019, sobre projeto de excludente de ilicitude apresentado ao Congresso:

---

brasil.html>. Acesso em: 19 mai 2021.

<sup>21</sup> *Ranking* disponível em: <<https://rsf.org/pt/classificacao>>. Acesso em: 19 mai 2021.



SD1 - Se o excesso jornalístico **desse cadeia, todos vocês estariam presos agora, tá certo? Todos vocês estariam presos, todos vocês**<sup>22</sup> (grifos nossos).

A segunda, na saída da Catedral Metropolitana de Brasília, em 23 de agosto de 2020, quando o presidente é questionado por um jornalista sobre depósitos feitos à primeira-dama:

SD2 - Vontade de **encher sua boca na porrada**, seu safado<sup>23</sup> (grifos nossos).

As SDs não apresentam a ditadura no fio do discurso, mas ela funciona e significa pela memória discursiva, a partir de discursos já-ditos e esquecidos, que ressoam desde o interdiscurso pela interpelação ideológica do sujeito. O período de exceção constitui redes discursivas com palavras como: prisão, tortura e assassinato de jornalistas, silêncio e também a partir de práticas, dentre elas a do cercadinho e a de portar-se de forma autoritária e desrespeitosa. O assujeitamento a uma FD pode ser analisado pela língua e pela inscrição ideológica das palavras, considerando, também, as condições de produção que permitem ver de que lugar o sujeito responsável pelo dizer fala. O pré-construído é o “sempre-já-ai da interpelação ideológica que fornece impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade” (PECHEUX, 2014, p. 151, grifos do autor). É a discursividade que foi produzida anteriormente, independentemente, e remete “às evidências pelas quais o sujeito se vê atribuir os objetos de seu discurso: ‘o que cada um sabe’ e simultaneamente, ‘o que cada um pode ver’ em uma dada situação” (COURTINE, 2009, p. 74, grifos do autor).

Os pré-construídos ressoam no intradiscurso como discurso transversal pela articulação dos enunciados, que, apesar de não linearizados, convocam domínios e saberes a partir dos quais significam. A diferença entre articulação e discurso transversal está no fato de que no primeiro funcionamento dizeres/saberes estão linearizados e no segundo há um atravessamento de dizeres de outros domínios discursivos como “um retorno do saber no pensamento” (PECHEUX, 2014, p. 113). Na metonímia, presente no eixo da formulação, dizeres de domínios distintos se atravessam, possibilitando linearização, “enquanto relação da parte com o todo, da causa com o efeito, do sintoma com o que ele designa” (Ibidem, p. 176). Essa retomada de dizeres outros ressoa no discurso do sujeito: o que não está dito, mas está implícito na ordem do memorável (INDURSKY, 2011, p. 70).

O que está implícito nas SDs acima é a remissão à ditadura, que não está explicitamente citada, mas ressoa por meio da metonímia, que articula a parte e o todo. “Cadeia” e “porrada” remetem a expedientes utilizados no regime militar como punição a quem se atrevesse a se posicionar contra o governo. A ditadura é, então, exterior ao discurso analisado, mas explícita na historicidade da relação entre o regime de exceção e a imprensa. A prisão, a tortura e o assassinato de jornalistas fazem parte do memorável associado à ditadura militar no Brasil.

Essas SDs fazem retornar, metonimicamente, os crimes cometidos pelos militares no período de exceção e resgatam o que estava recalcado no interdiscurso, instaurando efeitos de sentido diferentes quando proferidas da posição-sujeito presidente em uma FD do Poder Executivo, dentro de um regime democrático. É o efeito de estranhamento, conforme

<sup>22</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CbD9jrclidE>>. Acesso em: 21 mai 2021.

<sup>23</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ofxjBDSt4CQ&feature=youtu.be>>. Acesso em: 21 mai 2021.

formulado por Indursky (2019, não paginado), a partir da noção *Unheimlich* forjada por Freud, em 1919, que se traduz do alemão como “privado de familiaridade”: “[...] um efeito de sentido da ordem do indizível, de não-pertinência ao modo de dizer em uma determinada função enunciativa público-institucional”.

As FDs “são constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações” (ORLANDI, 2005, p. 44). As relações contraditórias que uma FD estabelece com outra “se inscrevem necessariamente na própria materialidade dessas FDs, isto é, em sua materialidade linguística” (COURTINE, 2009, p. 73). Conforme aponta Indursky:

[...] saberes que não fazem parte de uma determinada FD, em um determinado momento e em uma dada conjuntura, passam a integrá-la, aí introduzindo a diferença e a divergência, o que está na origem da constituição heterogênea de qualquer FD (INDURSKY, 2005, p. 6).

A SD1, formulada da posição-sujeito presidente, é produzida sob a identificação com uma FD autoritária, segundo a qual quem comete “excessos” deve ser preso. A FD do Poder Executivo é atravessada, em suas fronteiras fluidas, por saberes de outro domínio de sentidos, instaurando a divergência. Como o discurso é “efeito de sentidos” entre interlocutores (PÊCHEUX, 2019, p. 39) e como os sentidos não são transparentes e mudam de acordo com a FD em que o sujeito é inscrito (PÊCHEUX, 2014, pp. 146-147), a “cadeia” para “excessos” pode produzir efeitos de memória específicos. Pela FD autoritária, pode ressoar como punição exemplar e rigorosa para jornalistas que cometem crimes de calúnia, difamação. O uso da expressão “todos vocês” apela para o efeito de totalidade, como se todos os jornalistas cometessem crimes e, portanto, deveriam ser punidos. Pela FD da imprensa, esse dizer remete à perseguição contra quem publica denúncias e notícias que desagradem ao governo, o que motivou a repressão durante a ditadura militar, que prendeu, torturou e matou profissionais da imprensa. Violência que ressoa também na SD2, quando um jornalista é ameaçado de receber “porrada”, após fazer uma pergunta considerada inconveniente.

Pelo discurso transversal, a censura é retomada nas SDs seguintes. Primeiro, um recorte de entrevista na saída do Palácio da Alvorada, em 5 de maio de 2020, em resposta a reportagem do jornal Folha de S. Paulo:

SD3 - Isso é uma patifaria! Patifaria! **Cala a boca**, não te perguntei nada! Folha de S. Paulo! Um jornal patife e mentiroso! **Cala a boca! Cala a boca!**<sup>24</sup> (grifos nossos).

Também em recorte do pronunciamento na solenidade de passagem de comando da Operação Acolhida, no Palácio do Planalto, em Brasília, em 16 de janeiro de 2020:

SD4 - Esse é o livro<sup>25</sup> dessa japonesa que **não sei o que faz no Brasil**, o que faz

<sup>24</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3Vd3JdZ86Tw>>. Acesso em: 21 mai 2021.

<sup>25</sup> O livro referido é "Tormenta: o governo Bolsonaro: crises, intrigas e segredos", que trata do primeiro ano de governo. A autora, a jornalista Thais Oyama, da Folha de S. Paulo, é brasileira nata, de descendência japonesa.

agora **contra o governo**. São aqueles que o tempo todo trabalham **contra a democracia, contra a liberdade**, estão a soldo do que não presta em nosso Brasil. [...] A essa imprensa: não tomarei nenhuma medida para **censurá-los**, mas **tomem vergonha na cara**, deixem o nosso governo **em paz** para poder levar paz, tranquilidade e harmonia ao nosso povo<sup>26</sup> (grifos nossos).

A censura, medida adotada contra jornais pelo governo militar na ditadura, é linearizada no intradiscorso pelo uso do imperativo “cala a boca” (SD3) e pela ameaça de que a imprensa será censurada caso não tome “vergonha na cara” (SD4). “Tomar vergonha na cara” é deixar o governo “em paz”. Na ilusão da transparência do sentido, “paz” pode ser interpretada como permitir que o governo possa trabalhar sem interferências pelo “bem do povo”. Por antonímia, há o efeito de sentido de que a imprensa estaria em “guerra” contra o governo e, conseqüentemente, contra o povo. Como o sentido é opaco, pela FD da imprensa, a “paz” solicitada pode ser entendida como a imposição de deixar de publicar notícias que desagradem ao governo sob a pena de censura.

O exílio também ressoa pela memória discursiva na SD4, com “não sei o que faz no Brasil”. Estima-se que entre 5 e 10 mil pessoas foram forçadas a deixar o País no período da ditadura militar, por perseguição política. Na primeira leva, exilaram-se políticos, como o presidente deposto João Goulart e seus aliados. Na segunda, após o AI-5, foram estudantes, sindicalistas, artistas, intelectuais, jornalistas, cientistas e militantes de organizações de oposição<sup>27</sup>. “Brasil, ame-o ou deixe-o” foi usado como *slogan* em propagandas do governo militar, a partir de 1973, na época mais dura do regime. Frase que foi retomada em vinhetas inseridas na programação da rede de TV SBT, apoiadora de Bolsonaro, em 2018, logo após as eleições presidenciais. A repercussão negativa fez com que a emissora retirasse o conteúdo do ar no mesmo dia<sup>28</sup>.

Ainda na SD4, estar “contra o governo” é trabalhar “contra a democracia, contra a liberdade”. Na FD da imprensa, “democracia” e “liberdade” trazem rede de memórias diversas, como veremos a seguir, na análise da última SD.

Passamos agora a um recorte de *live* semanal<sup>29</sup>, transmitida pelo *Facebook* e pelo *YouTube*, em 2 de julho de 2020:

SD5 - As pessoas sabem a minha posição. Eu sou **extremamente favorável à liberdade total da mídia**, até **dessas tradicionais** que vivem **dando pancada** em mim o tempo todo, não tem problema. Acho que tem que continuar **batendo**. Estão **batendo** tanto e eu só estou crescendo. Continuem **batendo**, não tem problema nenhum, mas **não podemos admitir a censura aqui**, pelo amor de Deus [...] E a **liberdade de imprensa é muito importante**, que caso

---

Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/ofensa-a-japoneses-amplia-rol-de-declaracoes-preconceituosas-de-bolsonaro.shtml>>. Acesso em: 30 jun 2021.

<sup>26</sup> Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2020/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-solenidade-de-passagem-de-comando-da-operacao-acolhida-palacio-do-planalto>>. Acesso em: 20 mai 2021.

<sup>27</sup> De acordo com o museu virtual Memorial da Democracia: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/exilio-e-a-saida-para-milhares-de-brasileiros>>. Acesso em: 3 jun 2021.

<sup>28</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/11/sbt-ressuscita-brasil-ame-o-ou-deixo-o-em-nova-vinheta.shtml>>. Acesso em: 3 jun 2021.

<sup>29</sup> Desde que assumiu a presidência, Bolsonaro passou a fazer transmissões semanais ao vivo, às quintas-feiras, pelas redes sociais *Facebook* e *YouTube*.

contrário, se você ficar refém de **parte da mídia tradicional**, você realmente não vive mais, e você vai viver não é sem informação, mas **viver desinformado**<sup>30</sup> (grifos nossos).

Os sentidos, conforme Pêcheux (2014, p. 147), não existem de forma literal, mas se constituem a partir da filiação dos sujeitos em FD que determinam o que pode e deve ser dito ou o contrário. “[...] os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (grifos do autor).

“Democracia” (SD4) e “liberdade” (SD4 e SD5) apresentam efeitos de sentido diferentes de acordo com a FD em que são produzidas. Na FD da imprensa, ressoa o imaginário projetado por teóricos da democracia, que, segundo Traquina (2005, p. 129), atribuíram ao jornalismo dois tipos de liberdade: a positiva, que é a de oferecer aos cidadãos as “ferramentas vitais ao exercício dos seus direitos e voz na expressão das suas preocupações”; e a negativa, que é a de atuar como guardião, protegendo “os cidadãos de eventuais abusos de poder por parte dos governantes”. Ao serem apropriadas pela FD autoritária, as palavras são esvaziadas, conforme observa Mazière (2011, p. 20): “a formação ideológica dominante submerge, apaga toda fronteira, restringindo ‘do interior’ a ideologia derrotada” (grifo da autora). É o funcionamento da Língua de Estado, conforme definida por Pêcheux, como a estratégia discursiva de apagar as contradições e de esconder as relações de classe. Essa língua “tende a se passar pelo real, a representá-lo sem distância, a constituir seu equivalente” (PÊCHEUX, 2015, p. 86). Assim funciona a propaganda política como “[...] uma longa série de tentativas de emprestar, tomar a palavra, desviar, virar, desnaturar as práticas do adversário de classe” (Ibidem, p. 82).

O discurso do presidente apropria-se de elementos da rede de memórias ligadas à FD da imprensa, desnaturando-os ao reivindicá-los a veículos, jornalistas e mídias sociais que são alinhados ao governo, que divulgam notícias positivas e, muitas vezes, *fake news*. Aí funciona também a “evocação ambígua” da Língua de Estado, conforme Orlandi (2017, p. 130). Ao apropriar-se desses pré-construídos de uma FD antagonista, esse discurso instala a contradição, pois ao mesmo tempo em que diz defender a liberdade de imprensa, ataca veículos e jornalistas taxados de inimigos e os ameaça, inclusive com prisão, violência e censura, fazendo ressoar no fio do discurso, em uma conjuntura de democracia, a memória da ditadura militar.

O sujeito do discurso é interpelado pela ideologia e atravessado pelo inconsciente. Ele “diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele” (ORLANDI, 2005, p. 32). E, assim, a falha se manifesta na materialidade da língua. E essa falha aparece, na SD5, na seleção lexical, quando o sujeito diz ser favorável à liberdade de imprensa, até mesmo para os jornais tradicionais: “que vivem **dando pancada** em mim o tempo todo”, “tem que continuar **batendo**”. Por relação parafrástica, pode-se estabelecer os seguintes enunciados como alternativas: “que vivem **me criticando** o tempo todo”, “tem que continuar **criticando**”. Mas o léxico utilizado, relacionado à violência física, traz os saberes da FD autoritária que remetem, mais uma vez, à tortura e aos assassinatos cometidos na ditadura.

O que também fica implícito nas SDs analisadas é que há uma imprensa para a qual é defendida a liberdade: a que não “desinforma”, ou seja, a que é alinhada ao governo. Ao mesmo tempo em que há outra “parte da mídia tradicional”, para a qual são reservadas as ameaças das violências cometidas durante a ditadura militar.

<sup>30</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AhySjAMku18>>. Acesso em: 21 mai 2021.

## 4 Conclusão

Neste artigo, buscamos mostrar como a imprensa é tratada no discurso do presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, e por meio de quais mecanismos discursivos se materializam ameaças que trazem as memórias da ditadura militar. Para isso, recortamos SDs do arquivo constituído de discursos proferidos em 2019 e 2020. Esses recortes mostram como são trazidos do interdiscurso, pelo discurso transversal, pré-construídos ligados ao período de exceção, como censura da imprensa, exílio, prisão, tortura e assassinato de jornalistas.

Ao mobilizar essa memória, o discurso instaura o efeito de estranhamento, conforme elaborado por Indursky (2019, não paginado), pelas circunstâncias da enunciação, ao ser pronunciado por um presidente eleito pelo povo em um Estado democrático de direito. Segundo Orlandi (2017, p. 133), a posição-sujeito presidente é marcada histórica e politicamente no Brasil, tendo a República e o Positivismo como base de significação. Assim, a posição já significa antes de ser ocupada.

Destacamos, também, que a ditadura ressoa, no tratamento dispensando pelo presidente à imprensa, por uma memória que sustenta os efeitos de sentidos no discurso da atualidade. Para Autor (2021, p. 168) há discursos que circularam antes e sustentam a atualidade. Trata-se do discurso *de* (memória), que se inscreve na ordem do repetível, que, mesmo não estando linearizado, sustenta a formulação/atualidade, o discurso *sobre*.

Ao mesmo tempo em que o discurso analisado ameaça, contraditoriamente também acena com a defesa da liberdade de imprensa. Esse processo discursivo constrói dois imaginários de imprensa: uma “má”, que trabalha “contra o governo” e “contra a democracia”, e uma “boa”, que publica “informação” que agrada ao Poder Executivo. É para essa última que se defende a liberdade de expressão.

Ao colocar os jornalistas em “um quadradinho” junto com os demais ‘apoiadores’, ‘aduladores’, o presidente vai além do espaço físico destinado aos jornalistas, ele chega ao embate quase físico. Esses efeitos se constituem por enunciados como “encher sua boca de porrada” e outras manifestações pelas quais ressoam os discursos da ditadura.

## Referências:

AGUIAR, F. Imprensa alternativa: opinião, movimento e em tempo. In: MARTINS, A.; LUCA, T. R. (org.). *História da imprensa no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008. Não paginado. E-book.

BORTOLOTTI, P. Mentira não é jornalismo. In: RIBEIRO, R.; PINHEIRO, H. (org.). *Jornalismo em tempos de pós-verdade*. Fortaleza: Dummar, 2018. E-book.

BRASIL. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília. Disponível em: <[http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_3\\_digital.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf)>. Acesso em: 18 mai 2021.

CAMARGO, C. O meio é a mensagem: a globalização da mídia. In: MARTINS, A.; LUCA, T. R. (org.). *História da imprensa no Brasil*. 2 ed. São Paulo. E-book.

- COELHO, M. J. H.; ROTTA, V. *Caravanas da anistia: o Brasil pede perdão*. Brasília e Florianópolis: Brasil, Ministério da Justiça e Comunicação, Estudos e Consultoria, 2012. v. 53 Disponível em: <[https://www.justica.gov.br/acervo\\_legado/anistia/anexos/livro\\_caravanas\\_anistia\\_web.pdf](https://www.justica.gov.br/acervo_legado/anistia/anexos/livro_caravanas_anistia_web.pdf)>. Acesso em: 17 mai 2021.
- COURTINE, J. J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EduFSCar, 2009.
- D'ANCONA, M. *Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news*. Barueri: Faro Editorial, 2018.
- ERNST, N. et al. Extreme parties and populism: an analysis of Facebook and Twitter across six countries. *Information Communication and Society*, [S.l.], v. 20, n. 9, pp. 1347-1364, 2017. DOI: 10.1080/1369118X.2017.1329333. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/1369118X.2017.1329333>>. Acesso em: 25 ago 2019.
- FENAJ. *Violência e liberdade de imprensa no Brasil: Relatório 2013*. Brasília, 2014. Disponível em: <<https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2016/06/relatorio-fenaj-2013.pdf>>. Acesso em: 19 mai 2021.
- FENAJ. Relatório da Comissão Nacional dos Jornalistas (FENAJ). [s.l: s.n.], 2015. Disponível em: <<https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2018/12/FENAJ-Relatório-Comissão-Verdade-Jornalistas.pdf>>. Acesso em: 18 mai 2021.
- FENAJ. *Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil: Relatório 2019*. Brasília, 2020. Disponível em: <[https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2020/01/relatorio\\_fenaj\\_2019.pdf](https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2020/01/relatorio_fenaj_2019.pdf)>. Acesso em: 19 mai 2021.
- FENAJ. *Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil: Relatório 2020*. Brasília, 2021. Disponível em: <[https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2021/01/relatorio\\_fenaj\\_2020.pdf](https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2021/01/relatorio_fenaj_2020.pdf)>. Acesso em: 19 mai 2021.
- INDURSKY, F. Formação Discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela? In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO-SEAD, 2 2005, Porto Alegre. Anais [...]. Porto Alegre: UFRGS, 2005. pp. 1-11. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/FredaIndursky.pdf>>. Acesso em: 15 mai 2021.
- INDURSKY, F. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L.; MITTMANN, S. (org.). *Memória e história na/da análise de discurso*. Campinas: Mercado de Letras, 2011.
- INDURSKY, F. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- INDURSKY, F. Que sujeito é este? In: *Silêncio, memória, resistência: a política e o político no discurso*. [s.l.]: Print, 2019. Disponível em: <[https://www.academia.edu/43298991/QUE\\_SUJEITO\\_%C3%89\\_ESTES](https://www.academia.edu/43298991/QUE_SUJEITO_%C3%89_ESTES)>. Acesso em: 30 jun 2021.
- LUCA, T. R. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, A.; LUCA, T. R. (org.). *História da imprensa no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008. E-book.
- MAZIÈRE, F. A análise do discurso, o político e a língua. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L.; MITTMANN, S. (org.). *Memória e história na/da análise de discurso*. Campinas: Mercado de Letras, 2011.

- ORLANDI, E. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
- ORLANDI, E. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2004.
- ORLANDI, E. *Análise de discurso: Princípios & procedimentos*. 5 ed. Campinas: Pontes, 2005.
- ORLANDI, E. Análise de Discurso. In: ORLANDI, E.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. (org.). *Discurso e textualidade*. Campinas: Pontes, 2006.
- ORLANDI, E. *Discurso em Análise: sujeito, sentido, ideologia*. 3 ed. Campinas: Pontes Editores, 2017.
- PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. (org.). *Papel da Memória*. Campinas: Pontes, 1999.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 5 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.
- PÊCHEUX, M. Foi “propaganda” mesmo que você disse? In: ORLANDI, E. (org.). *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. 4 ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.
- PÊCHEUX, M. *Análise automática do discurso*. Campinas: Pontes, 2019.
- PECHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- TRAQUINA, N. *Teorias do Jornalismo*. Volume I: Porque as notícias são como são. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2005.
- VENTURINI, M. C. 2021. Discussões sobre história e memória na Análise de Discurso e na História. In: ZANDWAIS, A.; RASIA, G.S. *Relações entre Discurso e História*. Campinas, SP: Companhia das Letras, 2021.

Recebido em: 30/07/2021

Aceito em: 12/10/2021